

MARCÍLIO DA SILVA FERREIRA FILHO
RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

Coordenadores

Prefácio

Maurício Zockun

EXECUÇÃO FISCAL
TEORIA, PRÁTICA E ATUAÇÃO FAZENDÁRIA
(Redigido considerando o Novo Código de Processo Civil)

Belo Horizonte

 **EDITORA**
Fórum

2015

© 2015 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virginia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Carmen Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabrizio Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 16º andar – Funcionários – CEP 30130-007
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

M383e Ferreira Filho, Marcílio da Silva.
Execução fiscal: teoria, prática e atuação fazendária. Coordenação:
Marcílio da Silva Ferreira Filho; Rodrigo Medeiros de Lima – 1 ed. – Belo
Horizonte: Fórum, 2015.

310p.
ISBN 978-85-450-0058-7

1. Direito Processual Civil. 2. Direito Público.
I. Título. II. Ferreira Filho, Marcílio da Silva.

CDD: 347.05
CDU: 347.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva; LIMA, Rodrigo Medeiros de (Coords.).
Execução fiscal: Teoria, prática e atuação fazendária. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum,
2015. 310p.

10/03/15

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Maurício Zockun	15
------------------------------	----

NOTA DOS COORDENADORES

Marcílio da Silva Ferreira Filho, Rodrigo Medeiros de Lima	17
---	----

CAPÍTULO 01

PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À EXECUÇÃO FISCAL

LEANDRO EDUARDO DA SILVA	19
1.1 Considerações.....	19
1.2 Princípio do contraditório.....	20
1.3 Princípio da efetividade ou do resultado	22
1.4 Princípio da menor onerosidade.....	26
1.5 Princípio da responsabilidade patrimonial.....	27
1.6 Princípio da boa-fé	28
1.7 Princípio do desfecho único	31
1.8 Princípio da disponibilidade	32
1.9 Princípio da autonomia.....	33
1.10 Princípio da cooperação.....	34
Referências	35

CAPÍTULO 02

COMPETÊNCIA E LEGITIMIDADE

ALEXANDRE PEREIRA PINHEIRO	37
2.1 Competência jurisdicional para processar e julgar a execução fiscal	37
2.1.1 Regra geral	38
2.1.2 Tópicos específicos sobre competência em execução fiscal	43
2.1.2.1 Execução contra entes federados	43
2.1.2.2 Execução fiscal e juízo universal.....	46
2.1.2.3 Execução de conselhos profissionais.....	47
2.1.2.4 Execução de multas trabalhistas.....	48
2.1.2.5 Execução de FGTS.....	49
2.1.2.6 Execução de multas eleitorais e criminais	50
2.1.2.7 A questão da competência delegada	52
2.2 Legitimidade na execução fiscal	53

2.2.1	Legitimidade ativa	54
2.2.1.1	Disposições da LEF	54
2.2.1.2	O caso da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)	55
2.2.1.3	Execução de decisão proferida por Tribunal de Contas	56
2.2.1.4	Execução fiscal promovida por conselhos profissionais	58
2.2.1.5	O caso do SIMPLES Nacional	60
2.2.2	Legitimidade passiva	61
2.2.2.1	Regra geral	61
2.2.2.2	Redirecionamento da execução fiscal	64
2.2.2.3	A Fazenda Pública como ré na execução fiscal	70
	Referências	71

CAPÍTULO 03

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DA FAZENDA PÚBLICA NA EXECUÇÃO FISCAL

MARCELLA PARPINELLI MOLITERNO	73	
3.1	Explicações iniciais	73
3.2	Garantias e privilégios do crédito público	74
3.2.1	Aspectos materiais	76
3.2.1.1	Responsabilidade pessoal	76
3.2.1.2	Preferência de pagamento sobre quaisquer créditos	78
3.2.1.3	Autonomia do executivo fiscal	81
3.2.1.4	Presunção de fraude	85
3.2.1.5	Art. 185-A: a indisponibilidade de bens e direitos	85
3.2.1.6	Exigência de prova de quitação de tributos – garantias indiretas	89
3.2.1.7	Ação cautelar fiscal – indisponibilidade de bens	91
3.2.1.8	Arrolamento administrativo de bens	91
3.2.2	Aspectos processuais	92
3.2.2.1	Constituição unilateral do título executivo	92
3.2.2.2	Emenda e substituição da CDA	93
3.2.2.3	Cancelamento da inscrição em dívida ativa	95
3.2.2.4	Suspensão do prazo prescricional com a inscrição em dívida ativa	97
3.2.2.5	Interrupção da prescrição	98
3.2.2.6	Independência do executivo fiscal e impossibilidade de discussão concomitante em instância administrativa e judicial	98
3.2.2.7	Exigência de garantia para oposição de embargos à execução	99
3.3	Prerrogativas judiciais dos procuradores públicos na execução fiscal	100
3.3.1	Intimação pessoal	100
3.3.2	Isenção de custas	102
3.3.3	Responsabilidade dos auxiliares da justiça e prazos peremptórios para a prática de atos pelo oficial de justiça	103
	Referências	103

CAPÍTULO 04

ASPECTOS INICIAIS DA EXECUÇÃO FISCAL

LÁZARO REIS PINHEIRO SILVA	105
4.1 A tutela executiva, o crédito e o título executivo que lastreia a execução fiscal	105
4.2 A presunção de liquidez, certeza e exigibilidade da CDA	111
4.3 Cumulação e reunião de execuções fiscais contra um mesmo devedor	114
4.4 Extinção da execução fiscal em decorrência do pequeno valor inscrito em dívida ativa	117
4.5 Protesto da CDA e mecanismos alternativos de cobrança do crédito nela consubstanciado	117
4.6 Posturas do juiz diante da petição inicial de execução fiscal. Efeitos do despacho inicial. Reconhecimento <i>ex officio</i> da prescrição	119
4.7 Isenção de custas	127
4.8 Modalidades de citação do executado	128
4.9 Substituição ou emenda da CDA durante o curso da execução fiscal	133
Referências	137

CAPÍTULO 05

MOTIVOS SUSPENSIVOS DA EXECUÇÃO FISCAL

ANA CAROLINA ANDRADE CARNEIRO	139
5.1 Colocações iniciais	139
5.2 Causas materiais de suspensão da execução fiscal	142
5.2.1 Moratória	142
5.2.2 Parcelamento do crédito tributário	144
5.2.3 Depósito do montante integral do crédito tributário	147
5.2.4 As reclamações e os recursos nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário	149
5.2.5 Concessão de medida liminar em mandado de segurança e a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial	151
5.3 Causas processuais de suspensão da execução fiscal	153
5.3.1 Recebimento dos embargos do devedor com efeito suspensivo	153
5.3.2 Suspensão da execução fiscal nos termos do art. 40 da LEF	155
5.3.3 Baixo valor do crédito exequendo	158
Referências	158

CAPÍTULO 06

MOTIVOS EXTINTIVOS DA EXECUÇÃO FISCAL

MARCELO BORGES PROTO DE OLIVEIRA	161
6.1 Pontos iniciais	161

6.2	Pagamento.....	166
6.3	Compensação.....	167
6.4	Transação.....	170
6.5	Remissão.....	172
6.6	Decadência e prescrição.....	174
6.6.1	Prescrição intercorrente.....	178
6.7	Conversão do depósito em renda.....	180
6.8	Pagamento antecipado e homologação do lançamento.....	181
6.9	Consignação em pagamento julgada procedente.....	181
6.10	Decisão administrativa irreformável.....	183
6.11	Decisão judicial passada em julgado.....	183
6.12	Dação em pagamento.....	184
6.13	Cancelamento da inscrição em dívida ativa.....	184
6.14	Abandono.....	185
	Referências.....	187

CAPÍTULO 07

A DEFESA DO EXECUTADO E PECULIARIDADES RECURSAIS

MARCÍLIO DA SILVA FERREIRA FILHO	189	
7.1	Separação didática introdutória.....	189
7.2	Instrumentos de defesa do executado.....	189
7.2.1	Defesas endoprocessuais.....	192
7.2.1.1	Embargos à execução.....	192
7.2.1.1.1	Cabimento, exigência de garantia e aspectos processuais.....	194
7.2.1.1.2	Os efeitos dos embargos.....	202
7.2.1.2	Exceção de pré-executividade.....	205
7.2.1.2.1	Caracterização no direito nacional, cabimento e aspectos processuais.....	205
7.2.1.2.2	Efeitos da exceção.....	209
7.2.2	Defesas heterotópicas e suas peculiaridades no executivo fiscal.....	211
7.2.2.1	A ação anulatória.....	212
7.2.2.2	O mandado de segurança.....	216
7.3	Peculiaridades recursais em sede de execução fiscal.....	219
	Referências.....	222

CAPÍTULO 08

PROCEDIMENTOS EXPROPRIATÓRIOS DE BENS DO EXECUTADO

GUSTAVO ROBERTO CARMINATTI COELHO	225	
8.1	Premissas iniciais.....	225
8.2	Da execução fiscal perante o sistema processual civil.....	226
8.3	Das fases anteriores à expropriação patrimonial do devedor.....	227
8.3.1	Da penhora.....	227
8.3.2	Da avaliação de bens.....	229
8.4	Das modalidades e procedimentos da expropriação de bens.....	231

8.4.1	Da adjudicação	233
8.4.2	Da alienação por iniciativa particular	235
8.4.3	Da alienação em hasta pública	238
8.4.4	O usufruto de bens móveis e imóveis	239
8.5	Algumas considerações finais	242
	Referências	243

CAPÍTULO 09

PROCEDIMENTOS FRAUDULENTOS E CONTORNOS JURÍDICOS

GUILHERME RESENDE CHRISTIANO	245	
9.1	Considerações introdutórias	245
9.2	Instituição, pelo devedor, de cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade.....	246
9.3	Depósitos em poupança no valor de até quarenta salários-mínimos em momento posterior à inadimplência, desvirtuamento da conta poupança e existência de mais de uma conta com esta natureza	247
9.4	Depósitos em cooperativas de crédito com a finalidade de se esquivar da utilização da penhora <i>online</i> via sistema Bacen Jud...251	
9.5	Bem de família ofertado	253
9.6	Alienação fraudulenta	259
9.6.1	Fraude contra credores.....	260
9.6.2	Fraude à execução	264
9.6.3	Atos de disposição de bem penhorado	268
	Referências	269

CAPÍTULO 10

A EXECUÇÃO FISCAL E OS PROCEDIMENTOS DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E INVENTÁRIO

RODRIGO MEDEIROS DE LIMA	271	
10.1	Considerações introdutórias	271
10.2	Execução fiscal e falência	273
10.2.1	A falência.....	273
10.2.2	Legitimidade da massa falida para figurar no polo passivo da execução fiscal	274
10.2.3	Impossibilidade do redirecionamento da execução fiscal em face do sócio-gerente pelo só fato da decretação da falência da sociedade empresária devedora	278
10.2.4	Subordinação da satisfação do crédito exequendo ao procedimento da falência.....	279
10.2.5	Impossibilidade da arrematação pela Fazenda Pública de bem do falido penhorado em execução fiscal.....	281
10.2.6	Habilitação do crédito da Fazenda Pública em falência.....	281
10.2.7	Questão correlata: ilegitimidade da Fazenda Pública para o requerimento da falência	282

10.3	Execução fiscal e recuperação judicial	287
10.3.1	A recuperação judicial e a exigência da regularidade fiscal do empresário	287
10.3.2	Dispensa da exigência de regularidade fiscal	288
10.3.3	Restrição à adoção de atos de constrição e alienação de bens em face do devedor em recuperação judicial	292
10.4	Execução fiscal e inventário	296
10.4.1	O inventário	296
10.4.2	Legitimidade do espólio para figurar no polo passivo da execução fiscal	297
10.4.3	Impossibilidade do redirecionamento da execução fiscal ao espólio quando não aperfeiçoada a citação antes da morte do devedor	299
10.4.4	Penhora de bens do espólio x penhora no rosto dos autos do inventário	303
10.4.5	Habilitação do crédito da Fazenda Pública em inventário	304
10.4.6	Insolvência do espólio	305
	Referências	306
	SOBRE OS AUTORES.....	309